

**MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA****Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública**

**Despacho (extracto) n.º 6120/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 17 de Fevereiro de 2006 da directora nacional-adjunta para a área

Nome	Matrícula	Colocação	Data da promoção
João Paulo Lopes Nunes	145775	Lisboa	7-3-2005
António Pedro Nunes Tomé	146014	Lisboa	4-1-2006

21 de Fevereiro de 2006. — A Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Leopoldina Soares Pereira*.

**Gabinete de Deontologia e Disciplina****Aviso (extracto) n.º 3288/2006 (2.ª série):**

Casimiro José da Costa Gomes, de 36 anos de idade, solteiro, filho de José da Silva Gomes e de Maria da Conceição Gomes da Silva, natural da freguesia de São Lázaro, concelho de Braga, agente principal M/144429, do Comando de Polícia de Braga da PSP — aplicada a pena de demissão.

Esta declaração é feita nos termos do artigo 57.º, n.º 5, do Regulamento Disciplinar da PSP, aprovado pela Lei n.º 7/90, de 20 de Fevereiro.

2 de Março de 2006. — O Director, em substituição, *José Manuel Nabais Reino*.

**Governo Civil do Distrito de Lisboa**

**Aviso n.º 3289/2006 (2.ª série).** — Por despacho da governadora civil de 1 de Março de 2006:

Maria Fernanda Tavares Soeiro — nomeada chefe de secção do quadro de pessoal privativo do Governo Civil do Distrito de Lisboa, precedendo concurso interno de acesso limitado e obtida a confirmação de cabimento orçamental por parte da 4.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, ficando exonerada do lugar de assistente administrativa especialista a partir da data de aceitação do lugar para o qual é nomeada. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Março de 2006. — A Secretária, *Maria Beatriz Pires Monteiro Moreira*.

**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS****Gabinete do Ministro**

**Despacho n.º 6121/2006 (2.ª série).** — Nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, e dos n.ºs 2 e 4 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 381/97, de 30 de Dezembro, é Jorge Rezvany Albuquerque nomeado para o cargo de cônsul honorário de Portugal em La Paz, Bolívia.

6 de Fevereiro de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

de recursos humanos proferido no uso da competência delegada, foram promovidos ao posto de agente principal, por concurso de avaliação curricular, nos termos do n.º 1 do artigo 37.º do Estatuto do Pessoal da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Novembro, com efeitos reportados às datas indicadas, ficando posicionados no escalão 1, índice 170, da tabela salarial em vigor para a PSP, os agentes abaixo indicados:

**Despacho n.º 6122/2006 (2.ª série).** — Atendendo a que Portugal ratificou o Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares e o Protocolo de Proibição Total de Ensaios Nucleares, bem como os respectivos anexos, adoptados pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 50/245, de 9 de Setembro de 1996, aprovados na ordem jurídica interna pela Resolução da Assembleia da República n.º 44/2000 e ratificados pelo Decreto do Presidente da República n.º 26/2000, ambos de 24 de Maio, com o instrumento de ratificação depositado junto do Secretário-Geral das Nações Unidas em 26 de Junho de 2000;

Considerando que, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2001, de 9 de Agosto, foi constituída a Autoridade Nacional do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares, órgão de ligação directa com a Organização do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares e com os outros Estados Partes para garantir o cumprimento das obrigações decorrentes da ratificação do Tratado;

Tendo em conta que as complexas vertentes político-diplomáticas e sectoriais inerentes a este Tratado aconselham a nomeação de um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros para presidir à Autoridade Nacional e acompanhar a questão:

1 — Designo o ministro plenipotenciário de 1.ª classe Rui Nogueira Lopes Aleixo para desempenhar as funções de responsável pelo acompanhamento das questões relativas ao Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares, presidindo à respectiva Autoridade Nacional.

2 — No exercício dessas funções, o responsável é equiparado a titular de cargo de direcção superior de 1.º grau (director-geral).

3 — A presente nomeação terá a duração de 12 meses, com efeitos a partir de 29 de Agosto de 2005.

15 de Fevereiro de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS  
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****Direcção-Geral da Administração Pública**

**Aviso n.º 3290/2006 (2.ª série).** — Em cumprimento do disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, torna-se pública a lista de funcionários e agentes que se encontram afectos à Direcção-Geral da Administração Pública em situação de inactividade:

Nome	Categoria	Habilitação literária	Área funcional	Concelho de residência
Amílcar Eliseu Rato Silva Roberto	Técnico superior de 1.ª classe.	Licenciatura em Ciências Farmacêuticas.	Ciências farmacêuticas.	Loures.
António Eduardo Baltar M. de Magalhães (a).	Técnico superior de 2.ª classe.	Licenciatura em Direito	Direito	Porto.
António José Ferreira de Castro dos Santos Menano (a).	Técnico superior de 2.ª classe.	Licenciatura em Direito	Direito	Figueira da Foz.
Ilda Guterres da Cruz	Assistente administrativa.	6 anos de escolaridade	Administrativa	Cascais.
Isabel Celina Viegas Pires Afonso (a)	Assistente hospitalar	Licenciatura em Medicina — Patologia Clínica.	Saúde	Coimbra.
Jeanine Leandro Costa	Assessora principal	Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas.	Educação	Évora.